# Os efetivos migratórios registados pelo governo civil do Porto para o Brasil (1852-1854)

*Bruno Rodrigues*
CEPESE

## Introdução

O FACTO DE APENAS EXISTIREM ESTATÍSTICAS OFICIAIS quanto ao volume dos efetivos migratórios portugueses posteriores a 1855, temdesincentivado o estudo da emigração portuguesa para o Brasil nos anos anteriores a esta data, originando uma importante lacuna no estudo deste fenómeno. Com efeito, as migrações constituem um dos mais interessantes fenómenos das relações internacionais, antecedendo até o conceito de Estado e mesmo o de Civilização. O período em análise, compreendido entre os anos de 1852 e 1854, é marcado por fortes alterações internas em Portugal, quer a nível político, quer no plano económico: pela 'Regeneração' e pelo 'Fontismo' (política de fomento de Fontes Pereira de Melo). São iniciados os primeiros trabalhos para a construção das vias férreas; a modernização da agricultura; a desvinculação da propriedade e a extinção dos pastos comuns; o lançamento do ensino técnico e profissional, a partir de 1852-1853; a emergência de um processo de industrialização moderno; o desenvolvimento do associativismo; a proliferação das sociedades anónimas; o triunfo da estatística; a reforma do sistema de pesos e medidas; a unificação do sistema bancário; ou seja, todo um conjunto de fatores, mecanismos e instrumentos de mudança e inovação técnica, acompanhados de uma transformação social, política e das mentalidades, que marcaram definitivamente a rutura com o passado, anunciando e alicerçando, de modo irreversível, o Portugal do presente.[1] E, paralelamente, a emigração durante estes anos, e seguintes, não deixará de crescer, a demonstrar que, apesar de um inegável crescimento económico, Portugal não dispunha de condições para fixar toda a sua população.

No que diz respeito aos diplomas produzidos entre 1852 e 1854 pelo Estado português quanto à emigração para o Brasil, denota-se neles a preocupação da Coroa portuguesa, não só quanto às condições de viagem, mas também quanto à forma como eram tratados os portugueses no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro.

1 SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord.). *Portugal e a Regeneração*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal*, vol. x. Lisboa: Editorial Presença, 2004, p. 16.

Em decreto de 10 de março de 1852, publicado no *Diário do Governo*, de 26 de março, o Ministério dos Negócios Estrangeiros "manda que em reciprocidade com o Governo do Brasil se observem com os cônsules daquele império certas isenções e atribuições ali estabelecidas para os cônsules portugueses quanto à arrecadação e administração das heranças em que lhes compete intervir".[2] Quanto a esta questão das heranças, o Ministério da Justiça recomenda, através de portaria de 16 de dezembro de 1854, publicada no *Diário do Governo*, de 19 de dezembro, "a execução pelas autoridades judiciais do decreto de 10 de março, acerca da arrecadação das heranças de brasileiros falecidos em Portugal".[3]

A rainha Maria II, preocupada com a forma como eram tratado os seus súbditos nas terras de Vera Cruz, manda, através de portaria de 12 de maio de 1852, emanada do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicada no *Diário do Governo*, de 14 de maio, que se crie uma "comissão de portugueses, que indique o modo de obstar aos escandalosos abusos que se praticam com os colonos que das Ilhas Adjacentes e de Portugal emigram para o Brasil".[4] O Ministério dos Negócios estrangeiro faz saber através de decreto de 24 de agosto desse ano,[5] publicado no *Diário do Governo*, de 15 de setembro, os vogais a constituir a comissão mandada organizar.

A portaria de 26 de junho de 1852, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, publicada no *Diário do Governo*, de 30 de junho, "providencia para que o público pudesse aproveitar-se do estabelecimento de uma nova linha de barcos a vapor entre Liverpool e Brasil".[6] Com efeito, relativamente a companhias de navegação e condições de viagem e tonelagem dos navios que dos portos portugueses partiam para o Brasil, surgem neste período diversos diplomas: o decreto de 11 de agosto de 1852, do Ministério da Fazenda, publicado no *Diário do Governo*, de 14 de agosto, "ordena que só existissem direitos de tonelagem dos vapores da carreira do Brasil na razão das toneladas que carregassem em Lisboa".[7] O mesmo ministério, através de decreto de 29 de setembro desse ano, publicado no *Diário do Governo*, de 6 de outubro, "regula os direitos de tonelagem e exportação quanto aos vapores da carreira do Brasil".[8] Ainda relativamente à tonelagem dos navios, o Ministério da Marinha, através de portaria de 11 de outubro de 1853, publicada no *Diário do Governo*, de 10 de dezembro de 1853, "providencia para que os navios mercantes não

2 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 24-26.

3 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1854.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1855, p. 848.

4 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 82-83.

5 *Ibidem*, p. 380.

6 *Ibidem*, p. 96.

7 *Ibidem*, p. 299-301.

8 *Ibidem*, p. 472-473.

transportem colonos para o Brasil em desproporção com as respetivas lotações".[9] Relativamente a companhias de navegação, o Ministério das Obras Públicas, por decreto de 14 de dezembro de 1852, publicado no *Diário do Governo*, de 24 de dezembro, "aprova os estatutos da Companhia Luso-Brasileira, que tinham por objeto a navegação a vapor entre Portugal e o Brasil".[10] Concede o mesmo ministério isenções e favores a esta companhia, através de decreto de 31 de dezembro de 1852,[11] publicado no *Diário do Governo*, de 5 de janeiro de 1853. A companhia Luso-Brasileira tem novos estatutos aprovados por este ministério, publicitados por decreto de 30 de junho de 1853, publicado no *Diário do Governo*, de 22 de julho.[12]

Para uma análise rigorosa da emigração no tempo e espaço em que se insere este estudo, e tendo em conta que a partir de 1834, com a instauração do liberalismo, e a delimitação administrativa dos distritos e respetivos governos civis, em 1835, passou a emissão dos passaportes dos emigrantes a ser da competência dos governadores civis, privilegiámos as fontes primárias mais próximas do ato legitimador desse fenómeno, de forma a podermos quantificar o fluxo migratório do Norte de Portugal para o Brasil, entre 1852 e 1854, recorrendo, assim, aos *livros de registos de passaportes* do acervo documental do Governo Civil do Porto, integrado no Arquivo Distrital do Porto, no total de oito livros, o que representa um universo de 11 357 registos de titulares de passaporte, 11 194 dos quais apresentando como destino o Brasil, associando-se a este universo 1 057 acompanhantes.

Neste trabalho consideramos que todos os titulares de passaporte e acompanhantes embarcaram efetivamente para o Brasil, mesmo sabendo que tal podia não acontecer com todos eles.

## Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por titulares e acompanhantes

Entre os anos de 1852 a 1854, 11 357 emigrantes requereram passaporte junto do Governo Civil do Porto, com um total de 1 166 acompanhantes. Verificamos que do total de emigrantes com destino ao Brasil, 11 194 (98,56%), eram titulares de passaporte, e os acompanhantes indicados com destino ao Brasil (1 057) correspondem a 90,65% do valor total de acompanhantes registados.

O levantamento por nós realizado neste estudo, de 12 251emigrantes (11 194 titulares de passaportes e 1 057 acompanhantes) com destino ao Brasil, corresponde a 97,83% do total da emigração registada pelo Governo Civil do Porto neste período, considerados todos os titulares de passaporte e acompanhantes indicados nos *livros de registos de passaportes*.

9 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1854, p. 654.

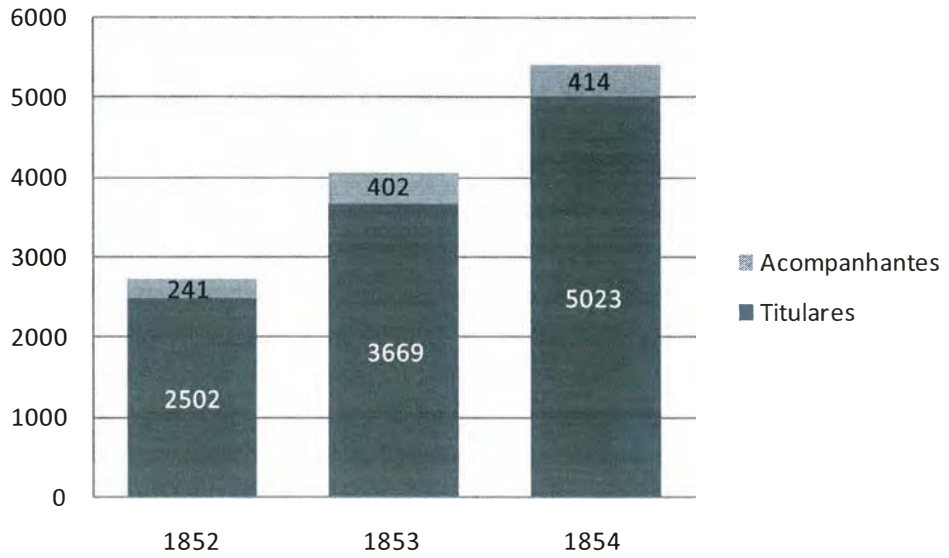
10 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1853, p. 744-747.

11 *Ibidem*, p. 923.

12 *Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1854, p. 185-189.

Quando comparado o número de acompanhantes com o número de titulares de passaporte que registaram por destino o Brasil, verificamos que os acompanhantes correspondem a 8,63% deste universo.

**GRÁFICO 1.** Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por titulares e acompanhantes




## Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por género

Através dos dados recolhidos nos *registos de passaportes* com destino ao Brasil que analisámos, verificamos que 10 960 (97,91% dos titulares de passaporte) são do sexo masculino, e 234 (2,09% dos titulares de passaporte) são do sexo feminino. É curioso verificar que o número de mulheres é manifestamente inferior ao dos homens, justificado, em parte, pelas restrições jurídicas previstas na lei portuguesa, o que nos possibilita afirmar que a emigração neste período é marcadamente masculina. Pelo contrário, no que concerne aos acompanhantes, verificamos que o número de homens (510) corresponde a 48,25% do total de acompanhantes, e o de mulheres (547), a 51,75% do mesmo universo. Assim, no que aos acompanhantes diz respeito, não só verificamos um maior equilíbrio entre os dois géneros, como na verdade o número de mulheres excede o número de homens, embora em termos relativos. Estes valores são contudo explicados pelo facto de praticamente a totalidade dos homens acompanhantes, registados neste período, serem menores de idade.

**GRÁFICO 2.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por género

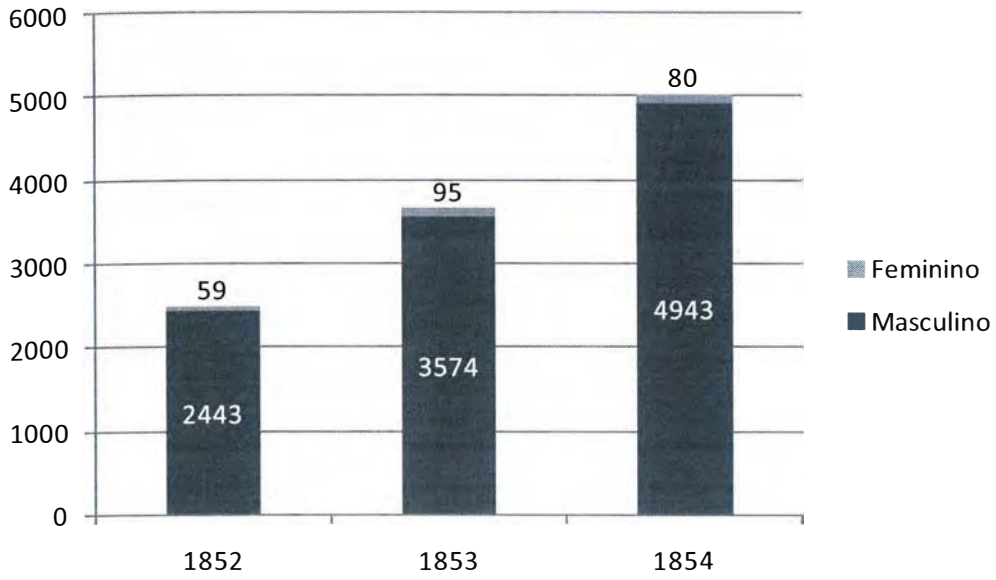
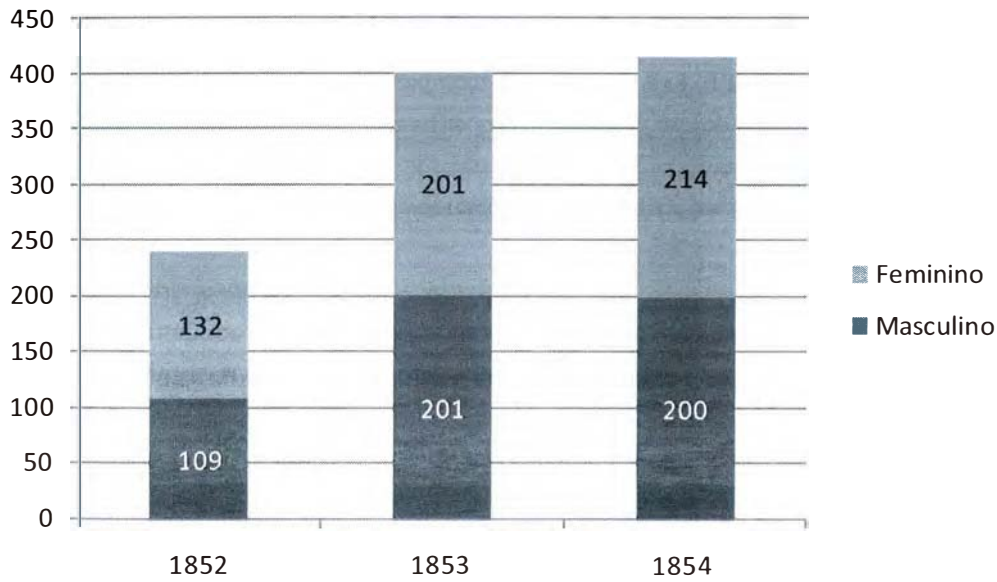



**GRÁFICO 3.** Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por gênero



## Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por estado civil

No que diz respeito ao estado civil dos titulares de passaporte registados com destino ao Brasil, 2 120 são casados, o que representa 19,36% do total de titulares do sexo masculino; 8 687 são solteiros, representando 79,32% dos homens, incluindo-se neste grupo as crianças do sexo masculino cuja identificação do estado civil não vem discriminada no respetivo registo. Observam-se 144 viúvos, o que equivale a cerca de 1,31% dos emigrantes do género masculino, e contabiliza-se ainda 1 divorciado.

Relativamente às mulheres titulares de passaporte, verificamos que 85 são casadas, correspondendo a 36,32% das mulheres; 117 são solteiras, representando 50,00% das titulares do sexo feminino; 32 são viúvas, correspondendo a 16,24% do universo deste género.

Assim, o número total de casados é de 2 205, o que corresponde a 19,70% do total de titulares de passaporte; 8 804 titulares são solteiros, o que representa 78,65% deste universo; 176 são viúvos, correspondendo a 1,57% dos titulares de passaporte. O número total de divorciados é de 1, não tendo, por isso, expressão percentual.

Já no que concerne aos acompanhantes, apenas nos foi possível identificar o estado civil de 953 emigrantes, todos eles casados ou solteiros. No que toca aos homens, detetamos3 casados, o que representa 0,65% do total de homens; os solteiros, 457, representam, por isso, 99,35% dos homens. Já no caso das mulheres, identificamos 225 acompanhantes solteiras, o que corresponde a 45,64% das mulheres; e 268 mulheres casadas, representando 54,36% das acompanhantes do sexo feminino.

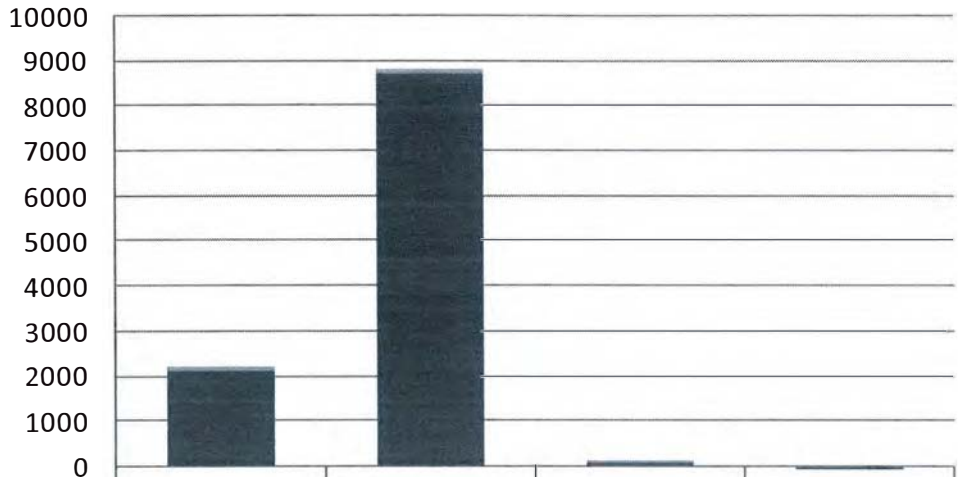
Assim, no caso dos acompanhantes, o número total de casados, 228, representa 23,92%, enquanto o número de solteiros, 725, representa 76,08% do total de acompanhantes cujo estado civil nos foi possível identificar no período em análise, com destino ao Brasil. Destacamos que não identificámos o estado civil de 104 (9,84% da amostra) acompanhantes, o que significa que nesta análise apenas considerámos 90,16% do universo dos acompanhantes. Não deixa de ser verdade que os 104 acompanhantes referidos fossem, muito possivelmente, solteiros, todavia, e uma vez que apenas considerámos como solteiros os menores de 16 anos, optámos por apartar este grupo em *sem indicação* de estado civil.

De um modo geral, do universo total de emigrantes – titulares de passaporte e acompanhantes – observamos, pelos *registos de passaportes* do Governo Civil do Porto, com destino ao Brasil, entre 1852 e 1854, que o número de solteiros se distancia dos demais estados civis, seguindo-se os casados, em número bastante inferior, e os viúvos.

No que concerne aos viúvos, verifica-se que o número de homens viúvos é quatro vezes e meia superior ao das mulheres viúvas, registando-se também neste universo uma emigração marcadamente masculina.

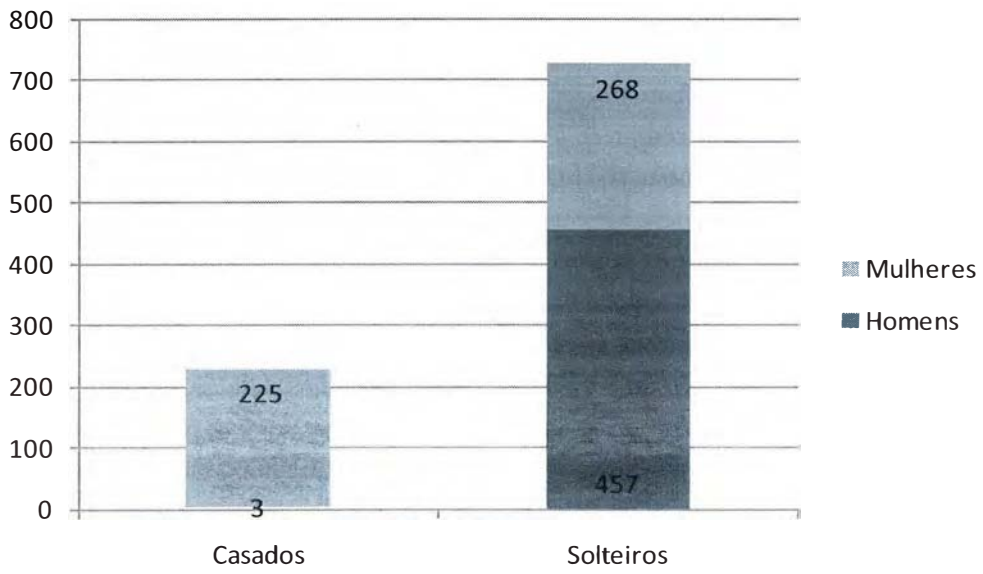
Quanto aos divorciados, como não será de estranhar, não verificamos expressividade nos números encontrados, traduzindo a mentalidade da época no que concernia ao divórcio.

**GRÁFICO 4.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por estado civil




| | Casados | Solteiros | Viúvos | Divorciados |
|---|---|---|---|---|
| Feminino | 85 | 117 | 32 | 0 |
| Masculino | 2120 | 8687 | 144 | 1 |

**GRÁFICO 5.** Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por estado civil



## Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por grupos etários

Na análise da distribuição dos titulares de passaporte por grupos etários, verificamos que o grupo mais significativo de idades se encontra compreendido entre os 15-19 anos, representando 25,43% do total de titulares, logo seguido pelo grupo etário dos indivíduos compreendido entre os 20-24 anos, que representa 17,95% do mesmo universo, sendo que estes dois grupos representam, no seu conjunto, 43,38% do total de titulares de passaporte.

No que concerne aos acompanhantes, verificamos que a maior representatividade de idades se situa entre os 10-14 anos, correspondendo a25,58%, seguida pelo grupo etário compreendido entre os 5-9 anos, correspondente a 20,28%, que somados representam no seu conjunto 45,85% do total de acompanhantes. Tal como no estado civil, também não nos foi possível identificar a idade de todos os acompanhantes, tendo ficado excluídos desta amostra 189 emigrantes, correspondendo a 17,88% do universo dos acompanhantes.

De um modo geral, agregados os titulares e os acompanhantes, homens e mulheres, cuja idade conseguimos apurar, num total de 12 032 emigrantes, verificamos que a população jovem até aos 19 anos (5 460) corresponde a 45,38% do total de emigrantes. Neste valor estão incluídos os menores de 14 anos (2 487), de um modo geral familiares, viajando na companhia da família ou pretendendo reunir-se com a família já estabelecida no Brasil, e que representam aproximadamente 20,67% do total de emigrantes. No que respeita ao grupo etário dos 15-19 anos de idade (2 973), o mais representativo, 24,71% do total de emigrantes, podemos dizer que é constituído, na sua maioria, por estudantes, jovens com alguma experiência profissional ou aprendizes em algum ofício.

Entre os 20 e os 34 anos (4 949), correspondendo a 41,13% dos emigrantes, encontramos a maioria dos jovens trabalhadores, usualmente empregados no comércio, e que buscam no Brasil melhores condições de vida que lhes permitam iniciar negócio próprio.

Os adultos cujas idades se compreendem entre os 35 e os 49 anos (1 365), representam 11,34% do número total de emigrantes, neste conjunto de emigrantes encontramos grande parte dos trabalhadores e agricultores.

Os emigrantes entre os 50 e os 74 anos de idade (255) correspondem apenas a 2,12% dos emigrantes. Neste grupo encontramos a quase totalidade dos capitalistas.

Com idades compreendidas entre os 75 e os 105 anos encontramos o número menos expressivo de emigrantes (3), que representa no seu conjunto a 0,02% do número total.

Assim, de acordo com a nossa análise, podemos concluir que estamos perante uma população emigrante constituída maioritariamente por jovens adultos, que traduz uma emigração motivada, essencialmente, na busca de trabalho no Brasil que possibilite melhoria de condições de vida.

**GRÁFICO 6.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por grupos etários

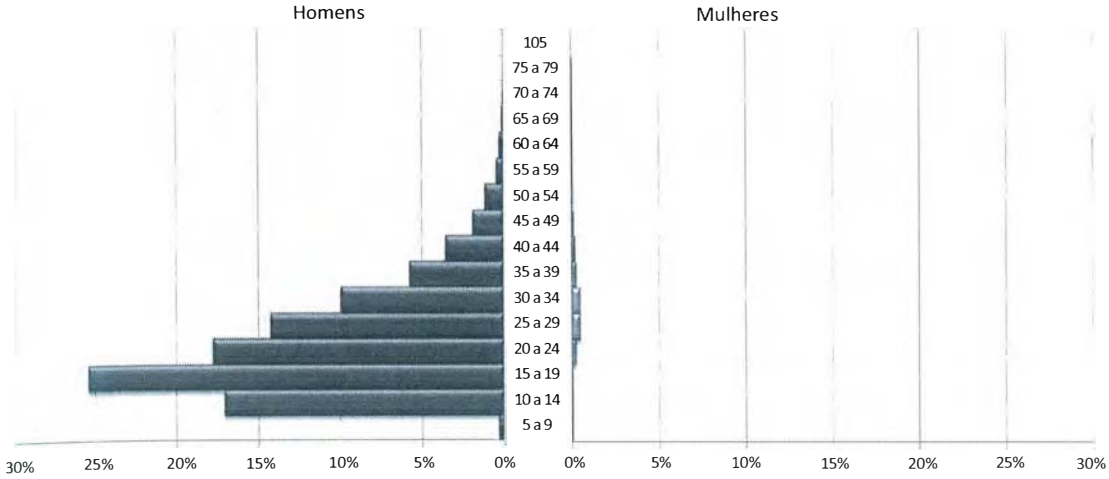
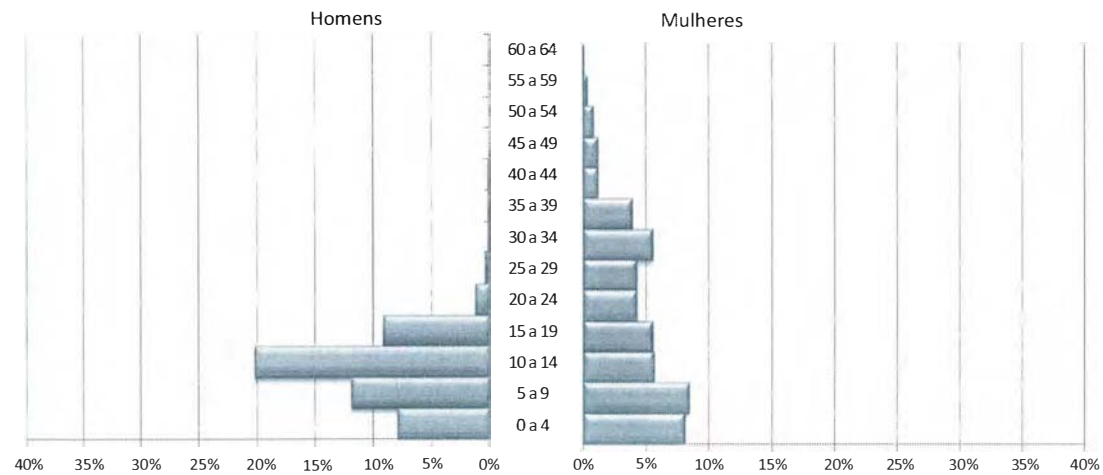



**GRÁFICO 7.** Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por grupos etários




## Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por naturalidade

Na análise da origem dos emigrantes que solicitaram passaporte no Governo Civil do Porto entre 1852 e 1854, com destino ao Brasil, considerámos apenas os titulares de passaporte, não considerando os acompanhantes, uma vez que a naturalidade destes não consta nos *registos de passaportes*. Deste modo, dos 11 194 titulares de passaporte, verificamos que os concelhos com maior representatividade são os de Santa Maria da Feira, Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Penafiel, que se destacam como principais origens de emigração para o Brasil neste período (25,59% do total de titulares de passaporte). Optámos por agregar como *Terras de Basto* (3,26%), os municípios de Cabeceiras de Basto, Mondim de Basto e Celorico de Basto, mantendo no entanto autónoma a localidade de Ribeira de Pena indicada como

naturalidade de 66 (0,55%) titulares de passaporte, uma vez que a sua designação não trazia dúvidas quanto à sua identificação. Seguem-se os concelhos da Guimarães, Amarante, Santo Tirso, Barcelos, Vila do Conde e Oliveira de Azeméis, que em conjunto com os anteriormente referidos representam 44,35% do total de efetivos migratórios para o Brasil registados pelo Governo Civil do Porto, no período em análise (não contabilizando neste cálculo os emigrantes oriundos de Ribeira da Pena).

Relativamente ao distrito do Porto, verificamos que nesta amostra se encontram representados praticamente todos os municípios que, à época, o compunham: Amarante (3,37%), Felgueiras (2,56%), Gondomar (3,80%), Lousada (1,33%), Maia (2,47%), Marco de Canaveses (1,15%), Matosinhos (1,63%), Paços de Ferreira (1,18%), Paredes (2,39%), Penafiel (3,59%), Porto (6,60%), Póvoa de Varzim (1,19%), Santo Tirso (2,90%), Valongo (1,20%), Vila do Conde (2,70%) e Vila Nova de Gaia (4,95%), representando 43,01% do total de titulares de passaportes. Uma vez que apenas considerámos nesta amostra os municípios com representação superior a 100 emigrantes, ficou por indicar Baião, indicado como naturalidade de 91 emigrantes (0,81). Ou seja, 43,82% das naturalidades indicadas nos registos efetuados pelo Governo Civil do Porto, entre 1852 e 1854, pertencem a municípios do distrito do Porto.

Agrupámos no indicador "outros concelhos" dezenas de municípios, maioritariamente do Norte de Portugal, mas também de outras regiões do país. A grande maioria desses concelhos tem fraca representatividade, uma vez que mais de 90 apresentam menos de 10 emigrantes, e desses, cerca de 40 concelhos apresentam apenas um emigrante, contudo, no seu conjunto, representam 10,13% da totalidade de titulares de passaportes.

Destacamos a forte presença dos mais diversos concelhos do Norte de Portugal nos *registos de passaportes* analisados.

Esta amostra, representativa da emigração registada pelo Governo Civil do Porto, entre 1852 e 1854, corresponde a 78,91% da totalidade de emigrantes, mas pretende sobretudo demonstrar que este valor, afinal, inclui exclusivamente emigrantes provenientes do Norte do país, estando os municípios do distrito do Porto largamente representados.

**GRÁFICO 8.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por naturalidade

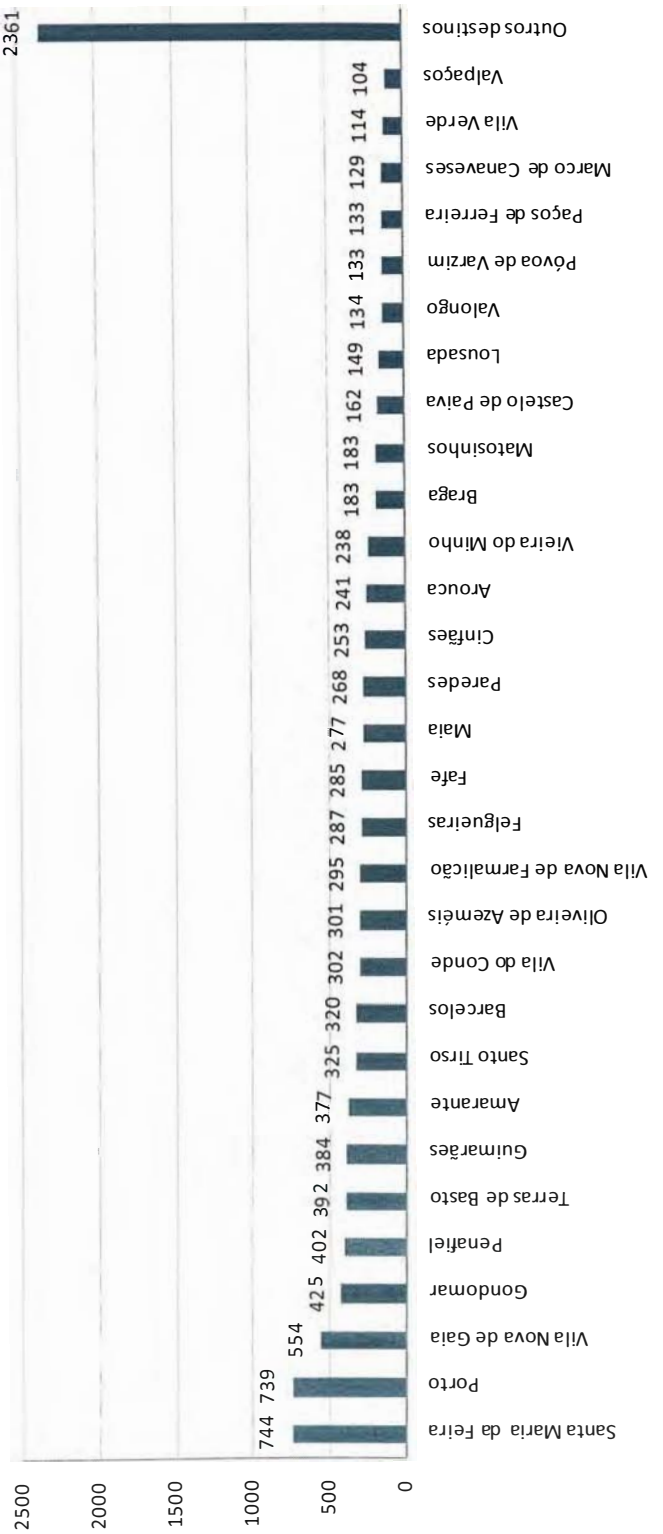
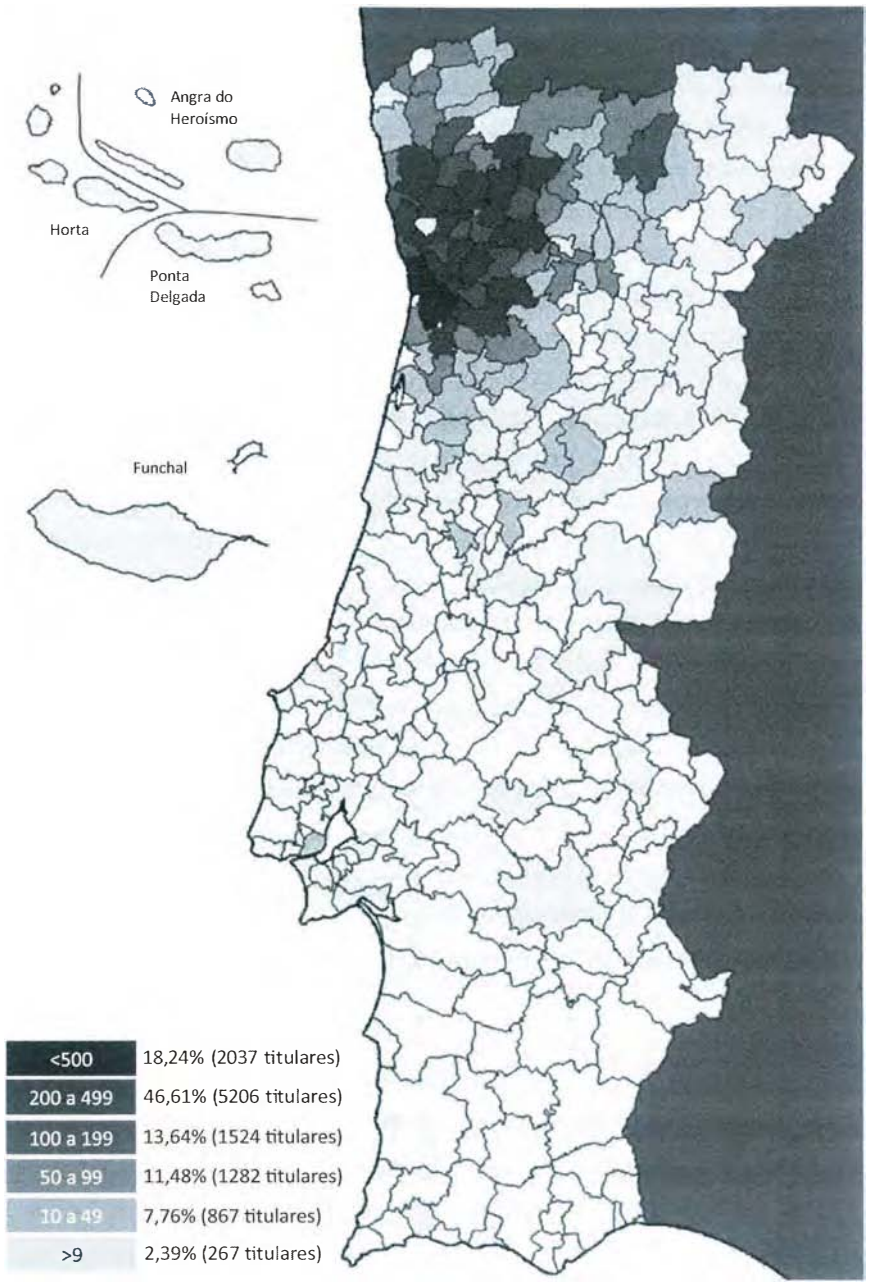


**GRÁFICO 9.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por naturalidade



## Distribuição dos emigrantes com destino ao Brasil, por classificação socioprofissional

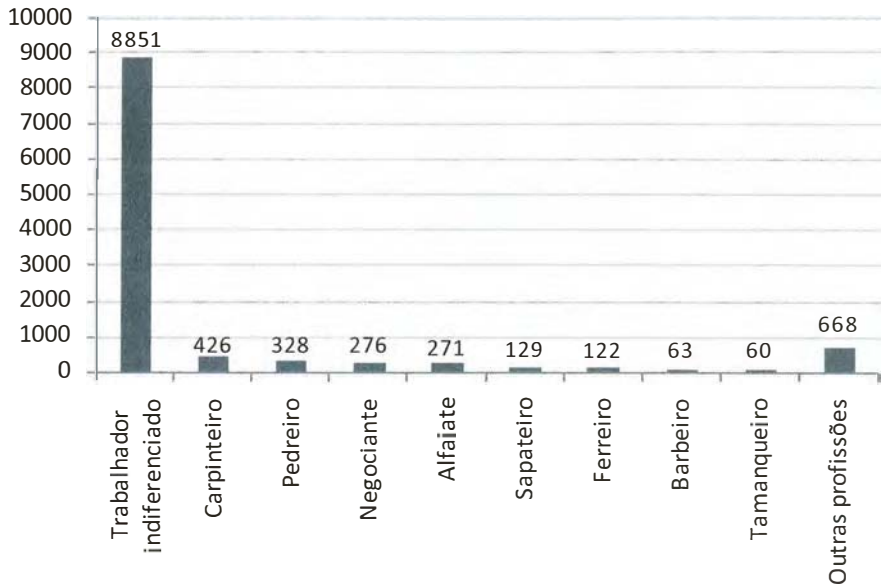
Na análise da distribuição dos titulares de passaporte por categoria socioprofissional, deparámo-nos com um elenco de profissões restrito, que nos impossibilita realizar uma avaliação quantitativa que permita sublinhar a representatividade dos emigrantes em cada uma das categorias profissionais, impossibilitando-nos, simultaneamente, avaliar qualitativamente os diferentes ofícios.

Deste modo, verificamos que 8 851 (79,07%) dos titulares de passaporte são trabalhadores indiferenciados, sendo que na maioria destes *registos de passaportes* não era apresentada *ocupação* (profissão), o que nos leva a crer que fossem efetivamente trabalhadores indiferenciados. Seguem-se os carpinteiros: 426 (3,81%); os pedreiros: 328 (2,93%); os negociantes: 276 (2,47%); os alfaiates: 271 (2,42%); os sapateiros: 129 (1,15%); os ferreiros: 122 (1,09%); os barbeiros: 63 (0,56%); os tamanqueiros: 60 (0,54%); os fabricantes: 56 (0,50%); os serralheiros: 52 (0,46%); os lavradores: 48 (0,43%); os trolhas: 38 (0,34%); os tanoeiros: 37 (0,33%); os chapeleiros: 35 (0,31); os serradores: 34 (0,30%); os caixeiros: 33 (0,29%); os ourives: 31 (0,28%); os marceneiros: 21 (0,19%); e os ferradores: 15 (0,13%). Seguem-se ainda outras atividades profissionais que representam 2,93% deste universo, indicadas por 268 titulares, aquando do seu registo de passaporte.

De forma a conseguirmos ter uma boa perceção das diversas profissões, optámos por levar em consideração nesta análise das profissões, apenas as 20 mais representativas, o que nos permite inclusivamente, fazer uma melhor uma avaliação comparativa das profissões mais ou menos comuns ligadas à emigração do Norte de Portugal.

Facilmente constatamos que os trabalhadores indiferenciados são, de facto, os que mais peso têm na emigração registada pelo Governo Civil do Porto, entre 1852 e 1854, representando 79,07% da totalidade emigrantes. Fica bem ilustrada a estrutura económica da economia portuguesa neste período, que tem a agricultura como sector predominante. É, pois, no sector primário que a quase totalidade destes titulares de passaporte atuava profissionalmente.

**GRÁFICO 10.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por profissões mais representativas




## Distribuição dos emigrantes por destino, no Brasil

Na análise dos emigrantes quanto ao seu destino, optámos por agrupar os portos de chegada por Estados. Considerando os 12 251 emigrantes (11 194 titulares de passaporte e 1057 acompanhantes), verificamos, desde logo, que o Estado de eleição é o Rio de Janeiro. Foi este o Estado de destino onde mais emigrantes aportaram, tendo o Rio de Janeiro acolhido 8 943 (73,00%) emigrantes registados pelo Governo Civil do Porto com destino ao Brasil, entre 1852 e 1854.

O Estado do Rio Grande do Sul surge como segundo destino mais significativo, embora muito afastado da ímpar corrente para o Rio de Janeiro, acolhendo 746 (6,09%) emigrantes; do Pará, com 685 (5,59%); de São Paulo, com 605 (4,94%); de Pernambuco, com 542 (4,42%); do Maranhão, que regista 428 (3,49%) emigrantes; da Baía, com 295 (2,41%); de Minas Gerais e Paraná, apenas com 3 (0,02%) emigrantes, cada; e Sergipe, apenas registando 1 emigrante e, portanto, sem expressão percentual.

Todavia, não podemos omitir que os valores apresentados nem sempre espelham os reais destinos dos emigrantes. Tais valores representam somente a porta de entrada, desconhecendo nós os trajetos dos emigrantes quando chegados aos Estados brasileiros. No entanto, importa destacar que o Rio de Janeiro era o Estados em cujo centro urbano a maioria dos emigrantes, portugueses e não só, se instalava, nele se encontrando ainda hoje a comunidade de origem portuguesa mais expressiva. É curioso verificar que se autonomizarmos os destinos dos titulares de passaporte do dos acompanhantes, o Estado de São Paulo surge com sexto destino escolhido, no primeiro caso, e como segundo destino, no caso dos acompanhantes. Sendo também de destacar que o número de acompanhantes

identificados como tendo São Paulo como destino é consideravelmente superior ao número de titulares de passaporte para aquele Estado, o que nos pode levar a deduzir que, apesar da emigração no presente estudo não traduzir uma emigração familiar, é possível que no caso do Estado de São Paulo, a emigração neste período fosse efetivamente uma emigração essencialmente familiar.

**GRÁFICO 11.** Distribuição dos titulares de passaporte com destino ao Brasil, por Estados

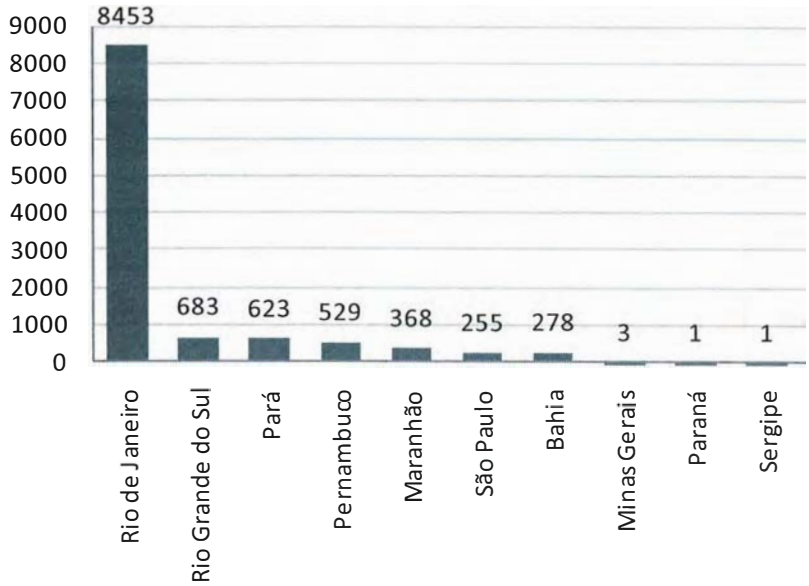
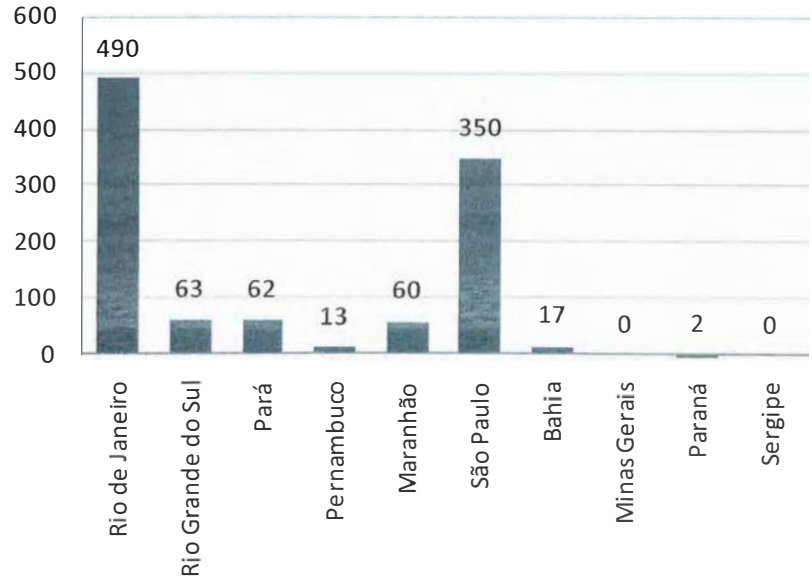



**GRÁFICO 12.** Distribuição dos acompanhantes com destino ao Brasil, por Estados



## Conclusão

As migrações internacionais e os seus fluxos constituem um tema basilar das Relações Internacionais contemporâneas.

Os portugueses foram dos povos europeus que mais prematuramente se lançaram em movimentos migratórios internacionais (o império português, mantido durante séculos um pouco por todo o mundo, comprova-o), embora os fluxos migratórios contemporâneos se revelem substancialmente diferentes nas motivações, quando comparados com as épocas dos Descobrimentos, do Colonialismo e Imperialismo.

O nosso trabalho procurou, neste sentido, dar um contributo rigoroso e original para o conhecimento da emigração portuguesa no século XIX com destino ao Brasil enquanto país que acolhia mais de 90% dos emigrantes do Norte de Portugal, ao apresentar, através do levantamento sistemático dos dados dos *Livros de registo de passaportes* do Governo Civil do Portodepositados no acervo documental do Arquivo Distrital do Porto, o estudo e a caracterização do fluxo de emigrantes que requereram o passaporte no Governo Civil do Porto e seus acompanhantes, permitindo-nos assim, conhecer com profundidade este fenómeno, num período da História portuguesa (1852-1854) marcado por profundas mudanças, quer políticas, quer sociais e económicas, assistindo-se a um ligeira acentuação do volume dos efetivos migratórios para o Brasil, fenómeno que se observa até 1855, ano em que pensamos registar-se o maior número de pedidos de passaporte no distrito do Porto, desde a implementação definitiva do liberalismo em Portugal, em 1834, até 1880, ano que marca o início de um novo ciclo da emigração portuguesa.

A estrutura agrária portuguesa, incapaz de fazer face às dificuldades económicas da população e de satisfazer as suas necessidades, e o crescimento da cidade do Porto enquanto polo de atração pela diversidade de oportunidades que oferecia em alternativa à miséria, levaram à transferência de mão-de-obra das zonas rurais, mais desfavorecidas, para a zona urbana, em busca de trabalho no comércio, na pequena indústria, nos serviços, que permitisse a melhoria de condições de vida.

O imaginário de riqueza, da crença num futuro mais promissor, a que o retorno de alguns "brasileiros" ricos deu consistência, favoreceu a imagem do Brasil enquanto terra de oportunidades e de promoção socioeconómica. Para além disso, à época, a partida em busca de condições económicas mais favoráveis noutros países era patrocinada por uma estrutura económica portuguesa assente maioritariamente na agricultura, com um crescimento industrial muito insipiente, o que limitava a maior fixação das populações nos centros urbanos.

Assim, no âmbito de uma conjuntura internamente marcada pela penúria, foi-nos possível compreender a emigração do Norte de Portugal.

Descritas as condicionantes internas e externas, e analisados os dados levantados relativos aos *registos de passaportes* no período entre 1852 e 1854, estamos em condições de concluir que, de um universo de 12 523 emigrantes (11 357 titulares de passaporte e 1 166 acompanhantes) registados pelo Governo Civil do Porto, 97,83% destes (11 194 titulares de passaporte e 1 057 acompanhantes) se dirigiram para o Brasil.

Quanto à sua caracterização, podemos dizer que a emigração do Norte de Portugal, entre 1852 e 1854, registada pelo Governo Civil do Porto, se tratou de uma emigração maioritariamente masculina (93,63% de um total de 12 251 emigrantes com destino ao Brasil), sobretudo solteiros (80,13% de homens solteiros para 18,60% de homens solteiros – considerados apenas aqueles cujo estado civil nos foi possível averiguar, uma vez que, no caso dos acompanhantes, apenas considerámos solteiros os menores de 16 anos), com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos de idade (57,15% do total de homens, titulares e acompanhantes cuja idade nos foi possível apurar), oriunda maioritariamente dos concelhos do Santa Maria da Feira, Porto, Vila Nova de Gaia, Gondomar e Penafiel (25,59% dos titulares de passaporte) e ligada ao sector primário.

No que se refere à emigração feminina no período entre 1852 e 1854, verifica-se o predomínio das idades entre os 5 e os 29 anos, que representam 63,69% do total de mulheres (titulares de passaporte e acompanhantes, cuja idade nos foi possível apurar). A representatividade nestas faixas etárias, e atendendo ao reduzido número de mulheres, parece revelar que esta emigração feminina seja explicada pelo movimento de reunificação familiar, dado o número de solteiras (52,96% das titulares de passaporte e acompanhantes, cujo estado civil conseguimos averiguar), na sua maioria menores de idade que acompanhavam os seus pais, e o número de casadas (42,64% das titulares de passaporte e acompanhantes, cujo estado civil nos foi possível apurar), que acompanhavam os seus maridos para, no Brasil, se ocuparem das lides domésticas e familiares.

Verificámos que o destino de eleição foi o Rio de Janeiro (73,00%), seguido pelo Rio Grande do Sul (6,09%), pelo Pará (5,59%) e por São Paulo (4,94%). Estes quatro Estados acolheram, no seu conjunto, 89,62% da emigração registada pelo Governo Civil do Porto entre 1852 e 1854, não podendo, no entanto, assegurar que todos os indivíduos se estabeleceram nessas regiões e conseguiram a sua estabilidade profissional sem ter de procurar migrar para outros estados brasileiros.

Em modo de conclusão, relevamos o facto de os *Livros de registo de passaportes* que serviram de suporte ao nosso estudo corresponderem a fontes históricas ímpares. É uma documentação original e excecional no contexto europeu, à qual tivemos o privilégio de aceder, e cujos elementos recolhidos tornam este trabalho singular na temática da emigração portuguesa contemporânea.

## Fontes

### *Fontes manuscritas*

Arquivo Distrital do Porto. 1852-1854. *Livros de registo de passaportes do Governo Civil do Porto*. Livros 3266-3273, 8 volumes.

### *Fontes impressas*

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1852*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1853.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1853*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1854.

*Collecção Official da Legislação Portuguesa redigida por José Máximo de Castro Neto Leite e Vasconcellos, do Conselho de Sua Magestade e Juiz da Relação de Lisboa, Anno de 1854*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1855.

## Bibliografia

### *Monografias*

GONÇALVES, Maria Ortelinda Barros. *Migrações e Desenvolvimento*. Coleção *Os Portugueses no Mundo*, vol. 2. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2009.

MENDES, José Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Coleção *Os Portugueses no Mundo*, vol. 4. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2010.

PEREIRA, Miriam Halpern. *A política portuguesa de emigração: 1850-1930*. Lisboa: A Regra do Jogo, 1981.

SOUSA, Fernando de; MARQUES, A. H. de Oliveira. (coord.). *Portugal e a Regeneração*. In: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.). *Nova História de Portugal*, vol. X. Lisboa: Editorial Presença, 2004.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia (coord.). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto: Afrontamento, 2007.

_____ (orgs.). *Portugueses no Brasil: migrantes em dois atos*. Rio de Janeiro: Muiraquitã, 2006.

SOUSA, Fernando de; MARTINS, Ismênia; MATOS, Izilda (coord.). *Nas duas margens: os portugueses no Brasil*. Porto: Afrontamento, 2009.

SOUSA, Fernando de *et al* (coord.). *Um passaporte para a Terra Prometida*. Porto: CEPESE/Fronteira do Caos, 2011.

SOUSA, Fernando de; MATOS, Maria Izilda; HECKER, Alexandre (orgs.). *Deslocamentos & Histórias: os portugueses*. Bauru: Edusc, 2008.

SOUSA, Fernando de *et al* (orgs.). *Entre mares: o Brasil dos Portugueses*. Belém: Editora Paka-Tatu, 2010.